

Apresentação

Capítulo I - Paradigmas da Justiça Contemporânea e Acesso à Justiça

- 1.1. Distinção entre os sistemas da civil law e da common law
- 1.2. Outras características dos dois modelos
- 1.3. Acesso ao direito e à justiça
  - 1.3.1. Pressupostos do acesso ao direito
  - 1.3.2. O acesso à justiça
  - 1.3.3. Conteúdo do acesso à justiça

Capítulo II - O Direito Processual e as suas Fontes

- 2.1. Conceito e espécies
- 2.2. Fontes do Direito Processual
  - 2.2.1. Constituição
  - 2.2.2. Tratados internacionais
  - 2.2.3. Lei complementar
  - 2.2.4. Lei ordinária
  - 2.2.5. Leis de organização judiciária, resoluções e regimentos internos dos tribunais
  - 2.2.6. Fontes complementares
  - 2.2.7. Jurisprudência
  - 2.2.8. Equidade
- 2.3. Lei processual no espaço
- 2.4. Lei processual no tempo

Capítulo III - Jurisdição

- 3.1. Conceito
- 3.2. Ato jurisdicional x ato legislativo
- 3.3. Ato jurisdicional x ato administrativo
- 3.4. Classificação
  - 3.4.1. Jurisdição de conhecimento, de execução e cautelar
- 3.5. Jurisdição contenciosa e voluntária: distinções
  - 3.5.1. Jurisdição voluntária: conceito
  - 3.5.2. Natureza jurídica
- 3.6. Classificação da jurisdição quanto à natureza do interesse

Capítulo IV - Poderes Inerentes à Jurisdição

- 4.1. Poder de decisão
- 4.2. Poder de coerção
- 4.3. Poder de documentação
  - 4.3.1. Fé pública
  - 4.3.2. Documentação eletrônica
- 4.4. Poder de conciliação
- 4.5. Poder de impulso
- 4.6. Considerações finais

Capítulo V - Princípios Informativos da Jurisdição

- 5.1. Princípio da investidura
- 5.2. Princípio da indelegabilidade
  - 5.2.1. Carta rogatória
  - 5.2.2. Carta precatória
  - 5.2.3. Carta de ordem
  - 5.2.4. Outra exceção
- 5.3. Princípio da aderência da jurisdição ao território
- 5.4. Princípio da inércia da jurisdição
- 5.5. Princípio da indeclinabilidade da jurisdição
- 5.6. Princípio da unidade da jurisdição

Capítulo VI - Competência

- 6.1. Conceito
- 6.2. Finalidades
- 6.3. Competência internacional e competência interna
  - 6.3.1. Competência internacional
    - 6.3.1.1. Competência internacional concorrente

- 6.3.1.2. Competência internacional exclusiva
- 6.3.2. Competência interna
  - 6.3.2.1. Critério objetivo
  - 6.3.2.2. Critério funcional
  - 6.3.2.3. Critério territorial
- 6.4. Competência absoluta e a reassunção do processo
- 6.5. Regras relativas à competência territorial
  - 6.5.1. Regras especiais de competência territorial
    - 6.5.1.1. Foro de eleição
    - 6.5.1.2. Foro de situação do imóvel
    - 6.5.1.3. Foro do último domicílio do autor da herança
    - 6.5.1.4. Foro do domicílio ou da residência do alimentando
    - 6.5.1.5. Foro do cumprimento da obrigação
    - 6.5.1.6. Foro das ações de reparação do dano decorrente de ato ilícito
    - 6.5.1.7. Foro das ações intentadas contra a pessoa jurídica
    - 6.5.1.8. Foro da residência da mulher
  - 6.5.2. Outras regras especiais
  - 6.5.3. Concorrência entre regras especiais
  - 6.5.4. Competência da Justiça Federal
  - 6.5.5. Ação de consignação em pagamento
  - 6.5.6. Execução da sentença arbitral e da sentença estrangeira
  - 6.5.7. Execução fiscal
  - 6.5.8. Falência e insolvência
  - 6.5.9. Ação de cobrança de duplicata
  - 6.5.10. Ação popular
  - 6.5.11. Usucapião especial pro labore
  - 6.5.12. Jurisdição voluntária
- 6.6. Meios de arguição da incompetência
- 6.7. Conflito de competência

#### Capítulo VII - Institutos Correlacionados à Competência

- 7.1. Perpetuação da competência
  - 7.1.1. Exceções à perpetuação da competência
    - 7.1.1.1. Supressão do órgão judiciário
    - 7.1.1.2. Alteração da competência absoluta
  - 7.1.2. Desmembramento do processo e perpetuação da competência
- 7.2. Prevenção
- 7.3. Conexão
- 7.4. Continência
- 7.5. Prorrogação da competência
  - 7.5.1. Causas ou ações acessórias
  - 7.5.2. Causas ou ações incidentes
  - 7.5.3. Causas ou ações consequentes
  - 7.5.4. Distribuição por dependência
  - 7.5.5. Natureza das regras sobre prorrogação da competência

#### Capítulo VIII - Ação

- 8.1. Considerações iniciais
  - 8.2. Ação como direito cívico
  - 8.3. Ação de direito material
  - 8.4. Ação como direito ao processo justo
  - 8.5. Ação como demanda
    - 8.5.1. Partes
    - 8.5.2. Pedido
    - 8.5.3. Causa de pedir
      - 8.5.3.1. O jura novit curia
      - 8.5.3.2. Os fatos e o direito identificadores da demanda
      - 8.5.3.3. A identidade da ação e o efeito preclusivo da coisa julgada
  - 8.6. Ação como direito à jurisdição
  - 8.7. Cumulação de ações
  - 8.8. Classificação das ações
- #### Capítulo IX - Teorias da Ação e Condições da Ação
- 9.1. As teorias sobre a natureza da ação
  - 9.2. O trinômio das questões do processo

- 9.3. Condições da ação
  - 9.3.1. Possibilidade jurídica do pedido
  - 9.3.2. Interesse de agir
  - 9.3.3. Legitimidade
  - 9.3.4. Exaustividade das três condições
- 9.4. A teoria da asserção

Capítulo X - Processo

- 10.1. Conceito
- 10.2. Natureza jurídica
- 10.3. Relação jurídica processual: direitos, deveres, ônus e poderes
- 10.4. Processo e procedimento

Capítulo XI - Sujeitos do Processo

- 11.1. O juiz
- 11.2. Sujeitos parciais
- 11.3. Sujeitos auxiliares
- 11.4. Sujeitos probatórios
- 11.5. Outros sujeitos postulantes
  - 11.5.1. Terceiros intervenientes
  - 11.5.2. Ministério Público
  - 11.5.3. O advogado

Capítulo XII - Atos Processuais

- 12.1. A teoria dos atos processuais e a teoria geral dos atos jurídicos
  - 12.1.1. Características dos atos processuais
- 12.2. Classificação dos atos processuais
  - 12.2.1. Atos do juiz
    - 12.2.1.1. Atos decisórios
    - 12.2.1.2. Atos de movimentação
    - 12.2.1.3. Atos instrutórios
    - 12.2.1.4. Atos de coação
    - 12.2.1.5. Atos de documentação
  - 12.2.2. Atos das partes
    - 12.2.2.1. Atos postulatorios
    - 12.2.2.2. Atos dispositivos
    - 12.2.2.3. Atos instrutórios
    - 12.2.2.4. Atos reais
  - 12.2.3. Atos dos auxiliares da justiça
    - 12.2.3.1. Atos de movimentação
    - 12.2.3.2. Atos de execução ou de coerção
    - 12.2.3.3. Atos de documentação
  - 12.2.4. Atos dos outros sujeitos processuais

Capítulo XIII - Atos de Comunicação Processual

- 13.1. Citação
  - 13.1.1. Citação pessoal por mandado
  - 13.1.2. Citação pessoal pelo correio
  - 13.1.3. Citação com hora certa
  - 13.1.4. Citação por edital
  - 13.1.5. Citação por meio eletrônico
- 13.2. A nulidade da citação e o comparecimento espontâneo do réu
- 13.3. Efeitos da citação
- 13.4. Intimação
  - 13.4.1. Intimação pessoal
  - 13.4.2. Intimação pelo correio
  - 13.4.3. Intimação pela publicação de aviso no Diário da Justiça
  - 13.4.4. Intimação por meio eletrônico
- 13.5. Subsidiariedade recíproca entre as normas que disciplinam os atos de comunicação processual

Capítulo XIV - Pressupostos Processuais

- 14.1. Pressupostos processuais subjetivos relativos ao juiz
  - 14.1.1. Jurisdição
  - 14.1.2. Competência
  - 14.1.3. Imparcialidade
    - 14.1.3.1. Impedimentos
    - 14.1.3.2. Motivos de suspeição

- 14.1.3.3. Aspectos gerais sobre os impedimentos e os motivos de suspeição
- 14.2. Pressupostos subjetivos relativos às partes
  - 14.2.1. Capacidade de ser parte
  - 14.2.2. Capacidade de estar em juízo
  - 14.2.3. Capacidade postulatória
- 14.3. Pressupostos processuais objetivos
  - 14.3.1. Inexistência de fatos impeditivos
  - 14.3.2. Subordinação do procedimento às normas legais
- Capítulo XV - Lugar e Tempo dos Atos Processuais
  - 15.1. Lugar dos atos processuais
  - 15.2. Tempo dos atos processuais
    - 15.2.1. Atos urgentes
  - 15.3. Prazos processuais
    - 15.3.1. Classificação dos prazos processuais
    - 15.3.2. Princípios informativos da teoria dos prazos
    - 15.3.3. Contagem dos prazos
    - 15.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos
    - 15.3.5. Os prazos no processo eletrônico
- Capítulo XVI - Defeitos dos Atos Processuais
  - 16.1. A teoria dos defeitos dos atos processuais e suas dificuldades
  - 16.2. Espécies de defeitos dos atos processuais
    - 16.2.1. Inexistência
    - 16.2.2. Nulidade e anulabilidade
    - 16.2.3. Nulidade absoluta
    - 16.2.4. Nulidade relativa
    - 16.2.5. Anulabilidade
    - 16.2.6. Irregularidade
    - 16.2.7. Erro material
    - 16.2.8. Ineficácia
  - 16.3. Princípios informativos da teoria dos defeitos dos atos processuais
- Capítulo XVII - Processo e Procedimento
  - 17.1. Distinções
  - 17.2. A disciplina dos procedimentos no Código de Processo Civil e suas espécies
    - 17.2.1. Procedimento comum ordinário
    - 17.2.2. Procedimento comum sumário
- Capítulo XVIII - Despesas Processuais
  - 18.1. Sistemas de custeio
    - 18.1.1. Momento de recolhimento das despesas
    - 18.1.2. Responsabilidade provisória e definitiva
  - 18.2. Espécies de despesas processuais
    - 18.2.1. Custas em sentido estrito e taxa judiciária
    - 18.2.2. Emolumentos
    - 18.2.3. Ressarcimento de despesas com a utilização de serviços estranhos ao Poder Judiciário
    - 18.2.4. Remuneração de sujeitos auxiliares e secundários do processo
    - 18.2.5. Multas
    - 18.2.6. Honorários da sucumbência
    - 18.2.7. Outras regras relevantes sobre as despesas
- Capítulo XIX - Assistência Judiciária
  - 19.1. Sistemas de assistência judiciária
  - 19.2. Assistência judiciária e assistência jurídica
  - 19.3. Conteúdo da assistência jurídica
  - 19.4. O beneficiário
  - 19.5. Requisito para a concessão da gratuidade
  - 19.6. A escolha do advogado
  - 19.7. Outros aspectos legais da assistência judiciária
  - 19.8. Questões em aberto
- Capítulo XX - Processo Cumulativo
  - 20.1. Classificação do processo cumulativo
  - 20.2. Características da cumulação de ações
  - 20.3. Cumulação objetiva e concurso de ações
  - 20.4. Cumulação subjetiva: o litisconsórcio
    - 20.4.1. Litisconsórcio necessário

- 20.4.1.1. Litisconsórcio multitudinário
- 20.4.2. Litisconsórcio facultativo
- 20.4.3. Princípio da autonomia dos litisconsortes

#### Capítulo XXI - Intervenção de Terceiros

- 21.1. Assistência
- 21.2. Oposição
- 21.3. Nomeação à autoria
- 21.4. Denúnciação da lide
- 21.5. Chamamento ao processo
- 21.6. Recurso de terceiro prejudicado
- 21.7. Embargos de terceiro
- 21.8. Execução coletiva
- 21.9. Intervenção litisconsorcial
- 21.10. Outros tipos de intervenção de terceiros
  - 21.10.1. Amicus curiae
  - 21.10.2. Outras disposições referentes à intervenção de terceiros

#### Capítulo XXII - Princípios Gerais do Processo Civil

- 22.1. Princípio da iniciativa das partes
- 22.2. Princípio do contraditório
- 22.3. Princípio dispositivo
- 22.4. Princípio da livre convicção
- 22.5. Princípio da publicidade
- 22.6. Princípio do impulso processual oficial
- 22.7. Princípio da lealdade processual
- 22.8. Princípio da oralidade

#### Bibliografia